

Transgênicos: 10 anos à solta

A edição de novembro da Revista do Idec publicou entrevista com a representante dos consumidores na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Marijane Lisboa. Ela faz parte de um grupo minoritário de conselheiros, que representa os interesses da sociedade civil e luta para que as análises da CTNBio sejam feitas com o rigor necessário. Marijane é socióloga, professora de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e também é associada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Publicado: 02/12/2013 11h21, Última modificação: 29/06/2017 14h53

A edição de novembro da *Revista do Idec* publicou entrevista com a representante dos consumidores na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), Marijane Lisboa. Ela faz parte de um grupo minoritário de conselheiros, que representa os interesses da sociedade civil e luta para que as análises da CTNBio sejam feitas com o rigor necessário. Marijane é socióloga, professora de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e também é associada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Qual é o balanço que a senhora faz desses 10 anos dos transgênicos no Brasil?

O começo da história dos transgênicos no Brasil é de desregulamentação. Eles foram introduzidos no país por uma Medida Provisória, sem ter havido qualquer avaliação dos impactos à saúde e ao meio ambiente, o que já mostra a inviabilidade de uma política de biossegurança. Além disso, pouco tempo depois, a Lei de Biossegurança, de 1995, foi modificada, suprimindo a necessidade do aval da Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] e do Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis] para a liberação de transgênicos. Se for para citar algo de positivo nessa trajetória, eu diria que foi aprender com os erros. Nesses 10 anos, vemos que tudo aquilo que foi dito a favor dos transgênicos não se cumpriu. Dizia-se que, com a introdução dos transgênicos, usaríamos menos agrotóxicos. Mas a realidade é que o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, e isso muito em função do glifosato, utilizado na soja transgênica.

Desde 2007, a CTNBio aprovou todos os pedidos de liberação comercial de transgênicos feitos ao órgão. Em sua opinião, o que essa autorização irrestrita pode indicar?

Indica uma posição majoritária da CTNBio a favor de transgênicos, uma identificação com eles – até porque boa parte dos membros da Comissão está ligada profissionalmente à criação de transgênicos. Outra parte deles, embora não seja de biotecnólogos, tem uma crença muito grande de que a ciência sempre fará aquilo que for melhor para a humanidade. Eu diria que eles têm uma visão ingênua, porque os cientistas da nossa época não escolhem livremente o que vão pesquisar. Como a pesquisa exige muitos recursos [financeiros], ainda mais em áreas como a de biotecnologia, boa parte das pesquisas responde aos interesses dos financiadores.

O feijão transgênico foi aprovado em 2011 pela CTNBio. A liberação da modificação genética dessa leguminosa, tão comum no prato dos brasileiros, é mais preocupante do que a de outras culturas, como a soja e o milho, por exemplo?

Sim, porque, pela primeira vez, entramos diretamente na dieta do brasileiro e não estudamos o suficiente para saber quais consequências esses alimentos modificados podem trazer. As pesquisas, hoje, são só para verificar se a planta funciona agronomicamente, ou seja, se com a inserção de certos genes será possível usar tal agrotóxico, por exemplo, sem que a planta morra. A maioria dos testes de toxicologia com animais é feita por poucos meses. A primeira pesquisa realizada com um tipo de milho transgênico – autorizado no Brasil – por um prazo mais longo, conduzida por um pesquisador francês no ano passado, constatou uma quantidade enorme de cânceres em ratos a partir de 90 dias de consumo do milho, que é justamente quando terminam os testes que a Monsanto fez com o produto.

Há várias pesquisas independentes, como essa francesa que a senhora mencionou, que associam os transgênicos a riscos sérios para a saúde humana (sobretudo câncer). Há casos concretos que demonstrem esses problemas, ou ainda é cedo para os efeitos aparecerem?

Os efeitos nunca vão aparecer assim, pois não há como identificar, na saúde das pessoas, aquilo que possa ser consequência só da introdução do alimento transgênico, a não ser que se faça uma pesquisa isoladamente. É possível que esteja havendo uma incidência maior de certas doenças, como alergias, câncer, doenças do sistema imunológico etc. Para comprovar, é preciso ter uma pesquisa específica, como essa que comentei [estudo francês], que isolou os animais e os alimentou só com aquele produto, com todo o cuidado para que não haja nenhuma alteração em comparação com o grupo de controle.

Pelas regras da CTNBio, os estudos que baseiam a autorização dos transgênicos podem ser apresentados pelas próprias empresas que solicitam a sua liberação. Não deveria ser levada em conta alguma pesquisa independente, que garantisse a imparcialidade dos resultados?

Sim, mas esse é um "defeito" que nós compartilhamos com boa parte do mundo, não só na questão dos transgênicos. Os estudos de impacto ambiental, por exemplo, são feitos pela própria empresa também. A lógica é que não faz sentido que o Estado assuma todos os gastos com os estudos para poder autorizar algo, então as empresas é que deveriam assumir esses custos. O que poderia ser feito é que órgãos públicos analisassem esses estudos, como era antes no caso dos transgênicos com o Ibama e a Anvisa, para autorizar ou não. Assim, comparativamente com a aprovação de projetos que afetam o meio ambiente ou a aprovação de remédios, no caso dos transgênicos, estamos muito mais na mão das empresas.

Fonte: Revista do Idec